

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

**Pedro Aguiar Stropasolas
Vitor Shimomura Spinelli**

Cacau Amado

**RELATÓRIO TÉCNICO
do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*
ministrada pelo Prof. Fernando Crocomo
no primeiro semestre de 2018
Orientador: Prof. Mauro César Silveira**

**Florianópolis
Junho de 2018**

FICHA DO TCC	Trabalho de Conclusão de Curso JORNALISMO UFSC	
ANO	2018.1	
ALUNOS	Pedro Aguiar Stropasolas e Vitor Shimomura Spinelli	
TÍTULO	CACAU AMADO	
ORIENTADOR	Mauro César Silveira	
MÍDIA	<input type="checkbox"/>	Impresso
	<input type="checkbox"/>	Rádio
	<input checked="" type="checkbox"/>	TV/Vídeo
	<input type="checkbox"/>	Foto
	<input type="checkbox"/>	Website
	<input type="checkbox"/>	Multimídia
CATEGORIA	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa)
	<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)
	Reportagem livro-reportagem ()	() Florianópolis (X) Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul País: _____
ÁREAS	Documentário; Cacau; Trabalho; Direitos humanos; Vassoura-de-Bruxa; Bahia; Jorge Amado;	
RESUMO	<p>Este trabalho de conclusão de curso é um vídeo-documentário sobre a cadeia produtiva do cacau no Sul da Bahia. Marcado no século XX pela exploração da matéria prima por coronéis latifundiários, a lavoura cacaeira sofreu mudanças com a crise impulsionada pelo fungo Vassoura-de-Bruxa, a partir de 1989. A narrativa tem como eixo central a história de quatro famílias de trabalhadores rurais da Costa do Cacau, cujas atividades laborais representam as principais relações de trabalho estabelecidas após a crise: a parceria agrícola; a dupla jornada; o trabalho em assentamentos e o fichamento. O documentário utiliza fragmentos da literatura de Jorge Amado como meio de contextualização histórica da microrregião de Ilhéus, principal zona de cultivo.</p>	

Dedicado às famílias do cacau, por acreditarem.

AGRADECIMENTOS

Nos momentos conclusivos da elaboração deste trabalho refletimos sobre as dificuldades que atravessamos no decorrer do curso e da pesquisa e como diversas pessoas foram fundamentais para sua conclusão, e queremos aqui registrar nossa sincera gratidão.

Aos nossos pais, Irene e Pedro, Vilênia e Valmir, que nos deram liberdade para seguirmos o caminho que desejássemos, seja na profissão que escolhemos, seja nas aventuras que a vida nos proporcionou. Aos nossos irmãos e irmãs pelo grande e confortante apoio.

Ao nosso orientador e amigo, Mauro César Silveira, pelas análises e considerações, além das suas manifestações de encorajamento para que este trabalho encontrasse um rumo liberto das estruturas enrijecidas do Jornalismo. E, claro, pelas inúmeras "peladas" e cervejas compartilhadas durante este processo.

Aos nossos amigos e amigas, em especial aos integrantes da Muralha, que assim como Sambaqui, se tornaram fontes de refúgio e inspiração, mantendo-se firmes ao nosso lado, nos bons e nos maus momentos.

Externamos nossa gratidão aos trabalhadores e trabalhadoras do cacau e suas famílias, em especial a Noel e Ailana, Biro e Robério que, com seu carinho, paciência e confiança participaram deste trabalho. A todos os trabalhadores do Assentamento Nova Vitória, que sentavam em nossa varanda ao final de tarde para jogar conversa fora, chupar cana e trocar causos da vida. Nas nossas idas e vindas ao assentamento, fizemos amizades com muitos deles, os quais, nos receberam sempre com muita alegria e doçura. São eles: Aelson, Tonho, Bonfim e Pedro.

Queremos aqui fazer um agradecimento especial a Dermeval, querido amigo e batalhador do cacau: guardamos, na memória, os momentos de alegria e de aprendizado que tivemos ao ouvir tantas histórias suas e que, de certa forma, não deixam de representar a história de tantos outros trabalhadores que buscam, com muito suor e dedicação, por uma vida mais igualitária e digna em nosso país.

Por fim, a todos e todas que acreditam na possibilidade de construção de um mundo mais justo. E acima de tudo, aos que lutam por isso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. JUSTIFICATIVA.....	08
2.1 História da exploração do cacau no Sul da Bahia	08
2.2 A Vassoura-de-Bruxa e as relações de trabalho na lavoura cacaueteira.....	10
2.3 Conjuntura atual	13
2.4 Escolha do tema	15
2.5 Escolha do formato	17
3. PROCESSO DE PRODUÇÃO.....	21
3.1 Pesquisa e articulação.....	21
3.2 Delimitação do tema e escolha das famílias.....	22
3.2.1 Noel e Ailana	23
3.2.2 Dermeval.....	25
3.2.3 Robério.....	26
3.2.4 Biro.....	27
3.3 Gravações.....	29
3.4 Decupagem, edição e finalização.....	32
3.5 Lista de fontes.....	34
4. RECURSOS.....	35
5. DIFICULDADES E APRENDIZADOS.....	36
5.1 Apuração.....	36
5.2 Produção.....	36
6. REFERÊNCIAS	43

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso é um vídeo-documentário sobre a cadeia produtiva do cacau no Sul da Bahia. Marcado no século XX pela exploração da matéria prima por coronéis latifundiários, a lavoura cacauzeira sofreu mudanças com a crise impulsionada pelo fungo Vassoura-de-Bruxa, a partir de 1989. A narrativa tem como eixo central a história de quatro famílias de trabalhadores rurais da Costa do Cacau, cujas atividades laborais representam as principais relações de trabalho estabelecidas após a crise: a parceria agrícola; a dupla jornada; o trabalho em assentamentos e o fichamento. O documentário utiliza fragmentos da literatura de Jorge Amado como meio de contextualização histórica da microrregião de Ilhéus, principal zona de cultivo.

Palavras-chave: Cacau; Bahia; Trabalho; Jorge Amado; Vídeo documentário;

1. INTRODUÇÃO

O sistema cacauero na estrutura do produto como commodity agrícola se dá mundialmente em uma lógica desumana e imoral, sustentada por meio do sangue e suor de trabalhadores rurais e suas famílias. A cadeia produtiva no Brasil não foge dessa condição. Seja por questões ambientais, como as secas e pragas na lavoura, ou pela dependência do capital estrangeiro, que permanece ditando os preços de compra e venda do produto no mercado internacional, a cacauicultura segue alicerçada no acúmulo de poder e riqueza, revelando suas limitações como atividade econômica, que culmina na internalização da pobreza nas zonas produtoras.

No país, Bahia e Pará são os dois maiores produtores de cacau, e responsáveis por quase 95% da produção nacional. A cadeia inicia com os agricultores familiares e meeiros que vendem sua produção em armazéns de atravessadores. Eles são o elo entre o produtor e as grandes indústrias de processamento, que fornecem os insumos, como a manteiga e o pó de cacau para as principais produtoras de chocolate no mundo, principalmente a Nestlé e a Kraft - duopólio responsável por 76,6% do faturamento no setor.

A produção de cacau no Sul da Bahia foi a monocultura de vida mais longa a dominar uma mesma área geográfica. São mais de cem anos de exploração da matéria-prima, cujo sistema produtivo chegou a ser a base de todo um desenvolvimento estadual, especialmente nas décadas de 70 e 80. A partir de 1989, o trauma socioeconômico causado pela crise da Vassoura-de-Bruxa, que reduziu em 72% a produção, eclodiu em pobreza e desemprego de aproximadamente 200 mil pessoas na região. Atualmente, quem mais sofre na cadeia do cacau são os trabalhadores do cultivo, submetidos a viver em fazendas isoladas, sob condições precárias, e recebendo, muitas vezes, menos que um salário mínimo mensal.

Fazendo uso de depoimentos, imagens atuais da produção e textos literários de Jorge Amado, o vídeo documentário revela outro ponto de vista sobre a crise que afetou a cacauicultura baiana no final do século XX, e repensa, ao mostrar as mudanças impostas, a forma de pensar a monocultura na região. O filme foi gravado entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018 na microrregião de Ilhéus, principal polo de cultivo. Foram entrevistadas quatro famílias, com o intuito de documentar as relações de trabalho que se estabeleceram na

região depois da crise: o trabalhador assentado, o trabalhador de carteira assinada e o parceiro agrícola.

Cacau Amado revela a presença e permanência da agricultura familiar na produção, que sofreu fortemente a dominação dos grandes latifúndios, comandada por coronéis até o final do século XX. Originárias de classes marginalizadas, as famílias permanecem com dificuldades para encontrar independência nas fazendas de cacau. A ideia é elencar os conflitos, os anseios, os causos e o dia-a-dia da produção, visando fortalecer a história dos trabalhadores, servindo como instrumento crítico de contestação ao modelo convencional de produção agrária, propondo repensar a historiografia Sul-baiana para além da expressão política exercida pelos coronéis. O trabalho busca preencher uma lacuna quanto ao conhecimento da realidade vivida por esses trabalhadores, identificando suas táticas de sobrevivência para preservar as práticas culturais e a luta por direitos na sociedade cacauzeira.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 História da exploração do cacau no Sul da Bahia

Por força da cacauicultura baiana, o Brasil liderou a produção mundial da amêndoa nas primeiras décadas do século XX, antes de ser substituído por países da costa oeste africana - como Gana e Costa do Marfim. A consolidação do cultivo no Sul da Bahia remonta ao final do século XIX, quando houve por parte do governo e das elites locais um incentivo à migração de trabalhadores para essa região. A prática incluía transporte gratuito através da Companhia de Navegação Baiana, a promessa do acesso à terra e a possibilidade de enriquecimento fácil. De acordo com dados da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), em 1872, a população na microrregião de Ilhéus-Itabuna, era de 12.416 pessoas. Em 1920, esse número aumentou para 148.848.

A maioria dos que migravam, oriundos geralmente do norte da Bahia e dos estados de Sergipe e Alagoas, estabeleciam-se nas fazendas de uma elite de fazendeiros - chamados coronéis do cacau - recebendo salários ínfimos e vivendo em condições precárias. O estímulo à migração e o conseqüente aumento do contingente populacional na região de Ilhéus, principal zona de cultivo, por sua vez, estava mais vinculada a outra finalidade: atender aos interesses desses grandes fazendeiros. A ascensão do coronelismo no começo do século XX, a partir de uma violenta exploração de mão de obra, representou o apogeu da produção de cacau como estrutura principal de mercado e configurou a inclusão da economia regional do Sul da Bahia na economia internacional. Esse foi o elemento essencial para o enfraquecimento da mão de obra familiar em pequenas propriedades na cadeia produtiva do cacau, que passou a ser dominado por uma classe burguesa, formada também por comerciantes exportadores. De acordo com a CEPLAC, houve um aumento de 888% na produção cacaueira entre 1900 e 1930 - Em 30 anos, o número subiu de 772 toneladas de cacau para 6.858 toneladas.

Com o vertiginoso crescimento da produção, a lavoura cacaueira se estabeleceu como o elemento de unificação e desenvolvimento de toda a sociedade regional, que teve como princípio o processo de expropriação dos pequenos produtores - característica principal da formação histórica da exploração de cacau no Sul da Bahia. Geralmente, as famílias rurais não controlavam os mecanismos de comercialização da matéria-prima e não tinham acesso ao

crédito agrícola. Essa dificuldade os impedia de regularizar suas propriedades, sendo determinante para a burguesia cacauceira estabelecesse a acumulação de terra. A maioria dos grandes proprietários do Sul da Bahia tinham uma equipe própria de jagunços, que adquiriam a condição de matadores de aluguel, sendo comum a prática do caxixe: o ato de incorporar terras através de fraudes judiciais e documentos falsos, utilizando-se da força. Marcelo da Silva Lins, em *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no Sul da Bahia*, mostra como se deu o processo de expropriação de terras na cacauicultura baiana:

Outro fator importante a ser levado em conta ao analisarmos o processo de acumulação de terras na região era a dificuldade de regularização fundiária e ainda o desrespeito aos posseiros e mesmo àqueles que detinham títulos das terras ocupadas. Muitos desses foram expulsos das terras por não terem condições de regularizar a posse, ou por não conseguir defender seus direitos legalmente junto aos órgãos judiciais existentes que eram controlados pelos grandes fazendeiros e comerciantes que tinham ligações políticas com escalões superiores e que nomeavam os ocupantes dos cargos públicos na região (LINS, 2007, p. 44).

No campo das áreas de cultivo, a prática mais adotada pelos coronéis consistia no isolamento social dos trabalhadores rurais e suas famílias ao contexto das fazendas. Para isso, faziam com que os salários fossem pagos através de compras no armazém da propriedade, que apresentava preços exorbitantes. Assim, além de aumentar seu poderio econômico, o cacauicultor mantinha seus funcionários dependentes da fazenda. Em *Cacau: riqueza de pobres*, os professores Francisco Mendes Costa e Naisy Silva Soares abordam o modo de dominação exercido pelos coronéis, cujo poder se sustentava através da propriedade fundiária, e no exercício de três fundamentos: a violência, a soberania econômica e a influência política.

Os traços encontrados na exploração da força de trabalho no meio rural brasileiro, no que se refere à exploração das atividades econômicas, ditas commodities, são marcantes, desde a exploração através dos barracões, da morada obrigatória nas fazendas, dos contratos, do pagamento via vales e boros, do trabalho gratuito, da exploração do trabalho de crianças e de mulheres, da divisão da produção entre os parceiros, da prisão e multa dos trabalhadores que abandonassem o trabalho, da matança de trabalhadores e outros (COSTA, 2016, p.84).

Portanto, a formação histórica do sistema cacauceiro baiano no padrão de exportação do produto como *commodity*, modelo hegemônico e consolidado atualmente, se deu em uma lógica elitista. A constante para esta elite de fazendeiros enriquecerem vertiginosamente era

influir sobre as decisões administrativas municipais e estaduais, acumular terras por vias ilegais e imorais e produzir a matéria-prima por meio da exploração de da mão de obra barata, semi-escrava e sem direitos trabalhistas, onde a política do medo e do mandonismo levava à sujeição e abdicação de direitos jurídicos adquiridos.

2.2 A Vassoura-de-Bruxa e as relações de trabalho na lavoura cacaueteira

A incidência da Vassoura-de-Bruxa na região, um tipo de fungo que reduziu em 72% a produção do fruto a partir de 1989, trouxe uma nova configuração para a cacauicultura baiana, especialmente no que diz respeito às relações trabalhistas e à propriedade fundiária. Para se ter a dimensão do impacto da doença na lavoura, basta comparar a safra de 1990, que foi de 339.556 arrobas, com a de 1999, de 105.416 arrobas (CEPLAC, 2006). A Microrregião de Ilhéus-Itabuna, por possuir a maior área de cacau da Bahia, foi a que mais sofreu com a doença, primeiro por ser uma região estritamente da monocultura, segundo por conservar aproximadamente 60% da área no sistema de produção cabruca - quando o cacau é cultivado incorporado à floresta, sob a sombra da flora nativa da Mata Atlântica.

Os efeitos da crise, também provocada pela queda do preço da amêndoa do cacau no mercado internacional, gerou falência e enfraquecimento da estrutura de prevaecimento da classe burguesa, comandada pelos coronéis, onde muitos fazendeiros foram obrigados a abandonar ou vender suas terras, e em alguns casos, substituir a cacauicultura por outras atividades econômicas - entre elas a pecuária, a seringa, o café e a banana da terra. Contudo, a distribuição de terras e a criação de assentamentos na Costa do Cacau foram resultado da crise, transformando muitas propriedades com mais de cem hectares em espaços de atuação da reforma agrária. Além disso, o déficit habitacional gerado pela demissão de mais de 250 mil trabalhadores rurais durante a crise ocasionou a favelização e aglomeração de famílias nas periferias dos maiores centros urbanos da região, como Ilhéus e Itabuna, e nas margens de rodovias estaduais e federais.

Essa nova conjuntura da atividade cacaueteira exigiu dos fazendeiros pensar em alternativas para reduzir os prejuízos com a crise, iniciando uma reestruturação das relações de trabalho na exploração do cacau. O objetivo da mudança era ter a possibilidade de algum ganho, e acima de tudo, para manter suas propriedades minimamente produtivas, evitando que se tornassem ociosas e sem função social. Neste contexto, inicia-se o surgimento de

trabalhadores assentados na Costa do Cacau. De 1990 a 2010, após a crise da Vassoura-de-Bruxa, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, foram implantados 113 assentamentos na região, garantindo o acesso à terra e à moradia para cerca de 5.426 famílias (INCRA, 2010). Neste panorama de enfraquecimento dos latifúndios, em que 80% das cerca de 28 mil propriedades rurais da Costa do Cacau têm menos que 100 hectares, a reforma agrária e os pequenos produtores possibilitaram a formação de núcleos de produção de cacau especializado - cacau fino, orgânico, florestado e compatível com o meio ambiente-, embriões de uma forma de mercado que possa vir, no futuro, a fragilizar a estrutura agroexportadora e hegemônica do cacau *commodity*. É o exemplo de cooperativas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que já realizam todas as etapas de produção dentro de assentamentos e pequenas propriedades, desde a colheita da amêndoa até a fabricação do chocolate.

Em paralelo, os produtores da região que mantiveram a posse de suas terras e propriedades ancestrais - mesmo que desamparadas por falta de zelo -, foram aderindo à parceria agrícola, que substituiu a mão de obra assalariada e se consolidou como principal relação de trabalho na lavoura cacauceira a partir de 1990. O contrato de parceria, fundamenta-se em uma relação de trabalho em que o proprietário da terra e o trabalhador rural, popularmente conhecido como meeiro, estabelecem um acordo de divisão dos lucros da produção, onde o trabalhador exerce a atividade de exploração agrícola em uma área específica do imóvel rural do proprietário (parceiro outorgante).

Embora legitimada pelo Estatuto da Terra - Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 -, e pelo Decreto de Lei Nº 59.566, de 14 de novembro de 1966, a parceria agrícola não se insere na Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, (1943). Isso porque, ela não configura uma relação com vínculos empregatícios, em que o trabalhador rural se encontra em condição de subordinação ao proprietário da terra. Na teoria, o parceiro contratado tem autonomia e liberdade para conduzir as atividades dentro da terra arrendada, inclusive contratando mão de obra para auxiliar nas tarefas de plantio e colheita sem a intervenção do proprietário.

Com essa forma de produção, configurou-se uma mudança simbólica para a lavoura cacauceira no Sul da Bahia: o trabalhador rural passou a administrar um pedaço de terra, fazendas inteiras, o que exigiu dele uma necessidade de adaptação à liberdade de produção e à possível autonomia financeira. As famílias do cacau, portanto, antes subordinadas e submetidas ao trabalho exaustivo, passariam a ter a perspectiva de serem parceiras de grandes

lotes de terra. No entanto, sem receber renda fixa, apenas a remuneração com o cacau que conseguem vender após a safra, os meeiros, em muitos casos, têm que zelar, sozinhos, por mais de 70 hectares de terra em uma única fazenda. Do lucro total com a colheita, recebem apenas a metade. A outra parte é destinada ao proprietário. Quanto aos custos com a produção, seja a aplicação de veneno para o mato, adubo e demais insumos, além da contratação de mão-de-obra, a responsabilidade, muitas vezes, fica inteiramente com o trabalhador. O resultado consiste em uma realidade desigual: quando não há cacau, é o meeiro que sofre - e sofre sem direitos trabalhistas. As eventuais perdas com uma safra ruim, como foi o caso dos últimos anos (2016 e 2017) se deu por conta da estiagem na Costa do Cacau. Em 2016, a estiagem atingiu até mesmo o litoral Sul, lugar de mata atlântica e dos cacauzeiros, onde normalmente chovia por ano dois mil milímetros. Porém, no primeiro semestre de 2016 só choveu 500 mil milímetros. Nessas duas safras, as famílias que viviam exclusivamente da renda do cacau, além de passarem dificuldades para suprir os gastos básicos com alimentação e moradia, endividaram-se, pois não tiveram retribuição financeira para arcar com os investimentos na produção.

No sul da Bahia, a safra principal do cacau acontece no final de agosto e se estende até dezembro. Há também a chamada safra “temporã”, que é uma pequena colheita entre os meses de março e abril. Com a necessidade de se adaptar à entressafra, existem casos de meeiros que complementam a sua renda fazendo serviços fora das roças, muitas vezes por falta de opção ou por endividamento. Nesses casos, geralmente possuem ocupações na rua, desenvolvendo outras habilidades como “bicos” na construção civil, atividades de comércio ambulante ou até trabalhando no sistema de parceira em outras atividades agrícolas, como na extração de borracha, por exemplo. Por ter que zelar por uma grande quantidade de terra, os trabalhadores e suas famílias acabam por não desenvolver a criação de animais nas fazendas e dificilmente têm uma horta para sua subsistência, tendo que gastar com compras em feiras ou mercados da região. Isso ocorre porque o trabalho com o cacau é estritamente braçal e pouco mecanizado. Nas fazendas de cacau, quanto mais se cuida da lavoura, maior a chance de prosperar a safra.

Portanto, a partir de 1989, mesmo com a falência dos grandes proprietários e a distribuição de terra gerada, a manutenção da exploração da mão de obra impediu que o cacau conseguisse exercer um papel importante na autonomia dos trabalhadores rurais, especialmente para os meeiros - que vivem geralmente em fazendas esquecidas e desassistidas

por proprietários e pelo poder público. Para essas famílias do cacau, antes oprimidas e exploradas por fazendeiros que cobravam diariamente pelo seu rendimento, a nova conjuntura conduziu a outro tipo de restrição social e de exploração: quem as oprime, além do proprietário, é o próprio fruto, ou a falta dele.

2.3 Conjuntura atual

A cadeia produtiva do cacau movimenta anualmente cerca de R\$ 20 bilhões. Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) mostra que a lavoura cacauífera está entre os oito produtos agrícolas com aumento no faturamento em 2018, com uma taxa de 8%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são cerca de 745 mil hectares de área plantada, distribuídos em oito estados distintos. Bahia e Pará são os dois maiores produtores, e responsáveis por quase 95% da produção nacional.

Embora tenha papel importante na produção mundial de cacau - o Brasil é o quinto maior produtor de cacau a nível global - o país precisa importar a *commodity*. Efeitos de um mercado em que a demanda interna é superior à safra. Atualmente, o setor brasileiro compra cacau de Gana para suprir à demanda de aproximante 220 mil toneladas por ano. O escoamento da produção é feito pelo Sul da Bahia, por meio de três maiores multinacionais do ramo moageiro: a belga Barry Callebaut, maior empresa de processamento de cacau do mundo; a norte-americana Cargill, que possui em Ilhéus, sua maior unidade de moagem do cacau da América Latina; a Olam Cocoa, empresa de cingapura que começou a atuar no Brasil em 2014. As empresas que processam o cacau são fundamentais para a cadeia, pois formam os preços nos mercados.

O cacau que é produzido no Brasil tem como destino final a produção de chocolates para o mercado convencional e interno, os chocolates “de massa”, como são conhecidos, que em média tem 25% de sólidos de cacau em sua composição - o percentual mínimo requerido pela legislação. A indústria chocolateira no Brasil é dominada pelo duopólio da Nestlé e a Kraft, que juntas totalizam 76,6% do mercado nacional, o que faz com que essas empresas imponham os preços ao mercado. Atualmente, o Brasil é o terceiro maior produtor de chocolate do mundo, atrás apenas do Estados Unidos e da Alemanha.

O Estado da Bahia, em 2017, foi responsável por aproximadamente 39,3% da produção brasileira de cacau, com 83.869 toneladas de cacau produzido, em uma área de

480.050 hectares de cultivo. No ano de 2016, o estado ainda figurava como o maior produtor nacional, com 115 756 toneladas da *commodity*. A baixa se deu em razão da estiagem que atingiu o Sul da Bahia, principal zona produtora, nos últimos dois anos. Atualmente, o Pará é o maior produtor e representa 54.5% da produção nacional, com 116.419 toneladas produzidas em 2017, em uma área de 175.314 hectares de lavoura. Os dados são do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola nacional, divulgado pelo IBGE, em novembro de 2017.

A região da Costa do Cacau, no Sul da Bahia, concentra basicamente toda a produção estadual, e compreende três microrregiões: Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro, em uma área total de 15.741,50 km². Apenas a microrregião Ilhéus-Itabuna, que abrange 41 municípios, com uma população de 1.071.555 habitantes (IBGE), tem o cacau como a principal atividade econômica e eixo central da economia agrícola. Na cacauicultura baiana, os índices de desenvolvimento social, na atualidade, são menores se comparados a outras regiões que cultivam a esterculiácea no país. Conforme os dados do IBGE (2010), em relação ao Pará, Espírito Santo e Rondônia, o Sul da Bahia ostenta o maior índice de pobreza (38,5%), a menor taxa de alfabetização (85,1%) e o menor IDH (0,625). Para os trabalhadores que vivem nas fazendas, como meeiros ou fichados, é naturalizada a falta de condições básicas de vida e de trabalho nas áreas rurais, onde o trabalho infantil e análogo à escravidão são situações comuns. As famílias do cacau também sofrem com a carência de serviços de saneamento básico, com a dificuldade de acesso à educação e saúde e os problemas para terem acesso a água e energia elétrica.

Embora, nota-se uma relevância da pequena propriedade agrícola familiar na cadeia brasileira - no Sul da Bahia, 80% do total das propriedades rurais são de pequenos agricultores-, o potencial econômico da quantidade produzida ainda é muito pequena para propor mudanças estruturais a cadeia, especialmente na questão da precificação e da estrutura do cacau *commodity*. Na cadeia global, o cacau é cultivada por 5,5 milhões de pequenos agricultores, o que representa 90% da produção mundial, sendo 14 milhões de trabalhadores rurais envolvidos diretamente no sistema. Grande parte desses trabalhadores são condenados a violação de direitos humanos quase que diariamente nas fazendas e zonas de cultivo. Isso porque a cadeia produtiva do cacau no Brasil, na América do Sul e nos países africanos se tornou refém de uma lógica que desobedece a lei da oferta e procura, pois quem oferece o

produto não interfere em sua precificação. Quem sofre com essa estrutura de mercado são as zonas produtoras, onde o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais são generalizações.

Em 2001, com a assinatura do Protocolo Harkin-Engel, as principais indústrias chocolateiras - Barry Callebaut, Nestlé, Hershey Food, Kraft, Marx, Godiva - decidiram por obedecer às normas do documento para a efetivação dos direitos humanos na lavoura cacauera. Um dos acordos era o compromisso de erradicar o trabalho escravo, infantil, e o tráfico de crianças na atividade até 2008 - especialmente nos países do Oeste da África. Atualmente Gana, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim são responsáveis por 72% da produção global de cacau. O “Protocolo do Cacau”, como é conhecido, no entanto, não só apresentou resultados ínfimos, como teve seus pontos a serem cumpridos estendidos para 2020.

2.4 Escolha do tema

O que tínhamos, no final de 2016, e mais a fundo nos primeiros meses de 2017, era o desejo de desenvolver algum trabalho audiovisual relacionado às frutas brasileiras e suas estruturas de mercado, do valor econômico ao social, a partir de um olhar humanizado sobre os principais atores que movem as cadeias produtivas: os trabalhadores. A ideia surgiu após um relato de viagem compartilhado, quando refletimos sobre as paisagens das rodovias e o universo dos vendedores ambulantes de frutas, que desenvolvem o ofício sob a itinerância de estradas e por esta condição estão sujeitos ao anonimato em suas relações sociais com os viajantes e transeuntes. O plano inicial, portanto, foi a produção de um documentário para retratar a vida social e laboral de cinco trabalhadores ambulantes no ramo das frutas, um em cada região do país. Como pano de fundo, abordaríamos também cinco cultivos simbólicos de cada localidade.

Mas, aos poucos a ideia de retratar o trabalho ambulante foi sendo modificada. Isso porque queríamos ampliar o campo de estudo e de abordagem, não só pelo conteúdo, mas também pela questão da estética e variedade de linguagens. Assim, decidimos tratar dos trabalhadores das frutas em todas suas funções dentro das cadeias produtivas: desde a colheita e cultivo, ainda no meio rural, até a venda em feiras, nas grandes cidades. Fomos longe. Pensamos em localidades onde as frutas formam o imaginário social e representam a própria sobrevivência de comunidades e vilarejos brasileiros, como o mercado Ver-o-Peso, em Belém

(PA); a feira de Afogados, em Recife; e as culturas frutíferas do vale do Rio São Francisco, especialmente na Bahia e em Pernambuco. Naquele momento, tínhamos a clareza de um objetivo central para o resultado final de nosso trabalho: entender o que diferia cada trabalhador em relação ao manejo do fruto, às práticas culturais e ancestrais, às singularidades, e assim, documentar o imaginário e a identidade do povo brasileiro a partir da formação e consolidação das relações de trabalho nas culturas frutíferas.

O aprofundamento nessa linha de pesquisa sobre a fruticultura brasileira e seus atores sociais envolvidos nos levou a restringir a escolha do tema para apenas uma fruta, e não mais em cinco. Essa redução foi decidida em conjunto a partir de impeditivos financeiros e organizativos que inviabilizam a execução do projeto inicial. Cada fruta tinha sua complexidade, seu universo particular, que envolvia especificidades de cada cadeia produtiva. Seria leviano de nossa parte querer assumir o papel de abordar universos tão distintos em um só filme, com prazos a serem cumpridos. Até poderíamos ter êxito, mas certamente não de maneira fidedigna a uma ideia que acompanha o nosso fazer jornalístico: construir, relatar e representar realidades e modos de vida a partir da vivência, do encontro, da palavra trocada, sem a necessidade primordial de extrair objetivos com a conversa. E isso exigia a profundidade de um processo imersivo. Além disso, pesou o fato de sermos jovens universitários com limitações econômicas para conseguir arcar com o financiamento de um viagem longa ao redor das cinco regiões brasileiras.

A partir de então, o foco se voltou às culturas frutíferas que são utilizadas como *commodities* agrícolas. A escolha foi baseada na preferência por atividades econômicas que se consolidaram como forças patrocinadoras do progresso e desenvolvimento de “sociedades regionais” - cadeias produtivas de exploração que construíram e determinaram as relações sociais e de trabalho em determinadas áreas geográficas do território brasileiro. Queríamos entender como suas estruturas de mercado influíram sobre a criação de zonas de influência e dependência para populações inteiras, e como essa lógica de dominação das monoculturas culmina, predominantemente, na manutenção das desigualdades sociais e no subdesenvolvimento das regiões produtoras. Entre as opções que foram levantadas, priorizamos as culturas cultivadas no Nordeste do país. Os motivos permearam nossa inclinação social pela criação de um documento sobre a região brasileira, historicamente, mais submetida a índices de vulnerabilidade social alarmantes. Também uma curiosidade

indecifrável que nos puxava para conhecer as pessoas desse pedaço de Brasil ainda não explorado por nosso olhar.

O que nos levou à cacauicultura, e mais estritamente a desenvolvida na região da Costa do Cacau, no Sul da Bahia, foi um conjunto de elementos simbólicos, inerentes a formação da atividade econômica nessa região. Entre eles está o fato de ela ser uma das monoculturas mais longas a dominar uma mesma área geográfica - são mais de cem anos de exploração. Também por estar inserida em uma das cadeias produtivas mais desiguais a nível mundial: em um extremo estão as grandes indústrias chocolateiras e de processamento, que lucram bilhões com a comercialização do chocolate e seus derivados; do outro as lavouras, onde agricultores e trabalhadores do cultivo são submetidos ao trabalho exaustivo com técnicas agrícolas obsoletas.

Por fim, optamos pelo tema por conta da singularidade de uma região que teve em uma elite de fazendeiros a principal força de seu desenvolvimento urbano e social e que, a partir de uma crise, passou por mudanças estruturais drásticas em relação à propriedade fundiária e às relações de trabalho; e pela possibilidade de inserir no enredo a literatura regionalista de Jorge Amado, que enaltece o povo, a terra, a cultura baiana e o ciclo do cacau. O escritor nasceu a 10 de agosto de 1912, na fazenda Auricídia, no distrito de Ferradas, município de Itabuna, sul da Bahia. Ele era filho do fazendeiro de cacau João Amado de Faria e de Eulália Leal Amado. O baiano escreveu obras que podem ser divididas em três etapas: a primeira tem como temática os problemas sociais, a segunda traz o ciclo do cacau, produzido em larga escala na Bahia, e a terceira tem enfoque no lirismo. A luta pela posse da terra na região cacauzeira da Bahia foi retratada em cinco obras: Cacau, Terras do Sem Fim, São Jorge dos Ilhéus, Gabriela, Cravo e Canela e Tocaia Grande.

2.5 Escolha do formato

O vídeo-documentário como “tratamento criativo da realidade”, assim definia o inglês John Grierson, um dos precursores do gênero. Ele talvez conceitue uma das principais características que fazem os documentários serem uma forma audiovisual específica na representação dos fatos históricos e cotidianos. A escolha desse formato para Cacau Amado surgiu justamente dessa singularidade: dentre nossas opções, o documentário, em parâmetros éticos e sociais, é o gênero que mais permite desenvolver diferentes formas de representação

do sujeito, das culturas, atingindo outros níveis sensoriais de compreensão, sem necessariamente estar submetido a métodos convencionais de interpretação do real, baseados na objetividade e no funcionalismo - características essenciais do jornalismo hegemônico. Não que com essa escolha fugimos de todas as possibilidades e normas do fazer jornalístico tradicional, pelo contrário, tínhamos noção de suas potencialidades. Só não as tomamos como valores essenciais, com receio de que pudessem ofuscar ou ressignificar nosso objetivo com o desenvolvimento do trabalho.

De certa forma, era preciso absorver do jornalismo seus “rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém insubmissa” como diz Nilson Lage. A escolha do documentário, portanto, representou o uso do formato mais adequado para se praticar o jornalismo autoral que desejávamos, inserindo o misticismo literário; o uso de sonoridades, texturas e fantasias; o desapego ao empirismo e a tirania do visível - quando só é verdadeiro aquilo que aparece; a busca por uma finalidade social. Uma aproximação do que Sílvio Da-rin, em seu livro *Espelho partido: tradição e transformação do documentário*, interpreta das metodologias de representação do real propagadas por Grierson:

O “real” para ele não é o conjunto dos aspectos superficiais do mundo empírico, mas uma realidade subjacente e determinante. Este real, fundamental, não é imediatamente perceptível, mas pode resultar de um processo interpretativo que a filosofia, a religião e a arte são especialmente capazes de proporcionar (Da-Rin, 2008, p.73).

Foi por meio deste tipo de autoralidade que buscamos nos distanciar dos dogmas que ajudam na manutenção do jornalismo como “mero instrumento de reprodução da ideologia das classes dominantes”, como condenava Adelmo Genro Filho.

No caso do nosso trabalho, tentamos nos orientar pela lógica da "observação participante", adotada por Robert Flaherty em sua obra principal, o longa *Nanook of the North*, de 1922. O norte-americano aborda no filme o modo de vida de esquimós da Baía de Hudson, no norte do Canadá, por meio de uma estrutura que não se utiliza de um roteiro prévio e descarta a mera descrição dos fatos. Conceitualmente, *Nanook* nos foi importante por possibilitar refletir sobre os limites entre a ficção e a realidade, onde seu pioneirismo é tido como fundamental. Em suma, é uma narrativa que provém diretamente da convivência - sem o ponto de vista de um desfecho - e não da evidência, que é um caminho que permeia mais a objetividade jornalística presente em uma grande reportagem em vídeo, por exemplo. Em um

dos capítulos do livro *O cinema do real*, de Maria Dora Mourão e Amir Labak, Brian Winston interpreta essa noção de objetividade que reforça “o desvio do documentário para o jornalismo”. Para ele, não é que o jornalismo não envolva “a expressão pessoal” e que não permita em sua metodologia a poesia e o engajamento político, o que ele ressalta é que os padrões jornalísticos não supõem essas possibilidades.

Outra particularidade que nos foi essencial na escolha do gênero documental permeia a consciência da natureza fílmica de uma câmera e suas implicações sócio-morais para os sujeitos interpretados. Já diria Jean-Rouch, pai do *cinema-verité*, que “sempre que uma câmera ligada, uma privacidade é violada”. A tendência documentarista que surgiu na França nos anos 1960, impulsionada por Rouch e Edgar Morin, talvez tenha sido um dos principais fios condutores do enredo deste trabalho audiovisual, especialmente por nos abrir horizontes mais fiéis a representação dos sujeitos, no caso os trabalhadores do cacau.

A questão não foi levar a configuração essencial do *cinema-verité* de estabelecer um modo interativo de representação, em que os documentaristas participam das filmagens e figuram como “instrumentos de produção dos próprios eventos” no ato documental. Isso, de fato, não aconteceu, pois não construímos um filme em que a interação entre nós e os atores sociais entrevistados tenha sido um dos aspectos mais identitários. O que aperfeiçoamos a partir do contato com as teorias de Rouch, e com as expressões brasileiras de sua corrente documentarista, em produções como *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho, foi a noção de que diante da câmera sempre há encenações e criações de personalidades que são inerentes ao ato fílmico. Coutinho assume uma postura ainda mais característica quanto a relação entre pessoa e personagem. Para ele, o entrevistado é uma ficção, e por isso é chamado de personagem, pois inventa no encontro com o cineasta uma vida antes não conhecida. Sobre a criação dessa outra “vida”, o documentarista brasileiro define que “qualquer que seja o personagem, ele sempre é muito mais interessante que a pessoa”.

Portanto, por crermos que também estaríamos filmando personagens, seria injusto reduzir nossa intervenção nas cenas, como repórter/cineasta, ao mínimo, em prol da busca por uma falaciosa “realidade tal qual ela é”, característica que, na maioria das vezes, fundamenta os formatos nas correntes jornalísticas positivistas e mais consolidadas. No livro de Da-Rin, um fragmento do antropólogo Jay Ruby elucida a diferenciação entre as formas de representação positivista do real e outras possibilidades.

Em um nível mais profundo, nós estamos nos afastando da noção positivista de que o sentido reside no mundo e os seres humanos devem se esforçar para descobrir a realidade inerente e objetivamente verdadeira das coisas. Esta filosofia positivista levou muitos cientistas sociais, bem como documentaristas e jornalistas, a esconderem-se e a esconder seus métodos a pretexto de objetividade (...). Nós estamos começando a reconhecer que o ser humano constrói e impõe sentido ao mundo. Nós criamos a ordem. Não a descobrimos. Nós organizamos uma realidade que é significativa para nós. É em torno destas organizações da realidade que cineastas constróem filmes. (Da-Rin, 2008, p.184).

Também se optou pelo documentário por permitir uma maior variedade de estética de edição, como liberdade de ritmo de imagens e de efeitos visuais durante a elaboração do produto. Na reportagem em vídeo, por exemplo, as imagens têm um papel ilustrativo, confirmando tudo o que é dito pelo jornalista ou pelos entrevistados. Elas também podem ser sobrepostas pela voz em off que, por sua vez, procura explicar as imagens capturadas. No documentário, o off não é um elemento obrigatório e, por isso, as imagens ganham maior importância, pois não são utilizadas apenas para ilustrar textos ou falas – elas têm significado próprios e apresentam um papel subjetivo. Em *Cacau Amado*, a inclusão de fragmentos literários de Jorge Amado reafirma a necessidade de se fazer um documentário em vez de um vídeo-reportagem. A partir de histórias inspiradoras, que simbolizam a superação pessoal e social, a ideia foi construir uma narrativa singular, onde a literatura beira a verdade e a ficção, deixando ao espectador instigar o seu ponto de vista.

3. PROCESSO DE PRODUÇÃO

3.1. Pesquisa e articulação

Primeira das etapas de produção, a pesquisa foi efetuada de setembro a dezembro de 2017, e envolveu o entendimento da história da cacauicultura baiana e como se deu a formação da atividade econômica na região, a ponto de se tornar a principal força patrocinadora do estado da Bahia durante o século XX, e principalmente, quais as particularidades da conjuntura atual, como se estabelecem as relações de trabalho após a crise que teve início em 1989.

Nesse estágio, foi importante a leitura de artigos acadêmicos, dissertações e materiais, a maioria desenvolvida por profissionais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). As leituras eram seguidas do contato com os autores, através de email ou em seus telefones institucionais, com intuito de obter maiores informações, sugestão de outras leituras e também para um possível encontro quando chegássemos em Ilhéus.

Também foi o momento de iniciar a procura por famílias de trabalhadores rurais do cacau, os principais atores sociais que iriam construir Cacau Amado. Embora sabíamos que o encontro e a escolha das famílias só iria, efetivamente, ser possível a partir da nossa chegada na Bahia e visita às propriedades, esse primeiro contato foi importante para mapear municípios e locais onde se utilizava a mão de obra de meeiros e os assentamentos onde havia produção de cacau. Para nos auxiliar nesse processo, foi importante a articulação junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com a Rede Povos da Mata.

Em paralelo ao contato com as famílias e ao processo de busca por fatos históricos, informações mais duras e contextuais, por meio de uma visão mais técnica e academicista, iniciamos a leitura dos livros de Jorge Amado que abordam a questão do cacau, destacando os fragmentos mais representativos e descritivos para o entendimento da cultura cacaueira no Sul da Bahia. Faltaria definir a abordagem, as temáticas e os valores-notícia, e como iríamos tratar de um tema tão complexo, repleto de significados e contrastes.

Para nos ajudar nessa definição, foram realizados encontros com nosso orientador, prof. Mauro César Silveira, que auxiliou na construção do roteiro do documentário, elencando dicas sobre a angulação da pauta, a vivência com as famílias de trabalhadores, como

entrevistá-las e como se portar em possíveis situações de conflito. Por fim, assistimos a diversos documentários sobre a produção de cacau no Sul da Bahia, incluindo "O lado negro do chocolate", "O ciclo do Cacau" "Os magníficos" e "O nó" . O objetivo era assistir materiais que já tinham sido produzidos sobre o cacau na Bahia para aprofundar os tipos de abordagens que queríamos tratar em nosso documentário. Por isso, analisamos tanto os aspectos mais técnicos, como suas angulações, imagens, movimentos, transições de cenas, fotografia, trilha sonora, colorização, identidade visual; mas também seu conteúdo: como eram todas as etapas do cacau; como viviam os trabalhadores e quais eram suas condições na roça; suas localidades e moradias; suas histórias; as contradições do ciclo do cacau. Por fim, analisamos a forma com os diretores construía a narrativa de seu filme, buscando compreender qual tipo de imagem e mensagem que o documentário queria mostrar. Ao final desta etapa, tínhamos um ótimo material de pesquisa para iniciar nossa viagem até a Bahia e estávamos confiantes que seguiria tudo bem com o TCC.

3.2 Delimitação do tema e escolha das famílias

Com o fim da pesquisa, sabíamos como funcionava a cadeia do cacau no Sul da Bahia, desde a colheita feita pelo agricultor rural isolado em sua fazenda até a venda e a atuação das moageiras internacionais - Cargill, Barry Callebaut, entre outras. São estas três companhias estrangeiras que construíram no Sul da Bahia o maior parque processador de cacau do país. E foi a partir dessa lógica de domínio do mercado cacauero pelo capital estrangeiro que se criou a dependência dos produtores e em consequência a manutenção da mão de obra exploratória e imoral. Foi a partir desse viés que delimitamos o tema e o fio condutor do nosso trabalho: as relações de trabalho. Junto a elas, queríamos explicar como as crises do sistema cacauero baiano não convergiram só para as questões climáticas, das pragas, ou dos preços e tecnologias utilizadas na cultivo, mas também pela peculiaridade da estrutura social e sua formação histórica e cultural. Seria uma forma de mostrar como a desvalorização dos aspectos culturais e cooperativos no contexto rural foram elementos essenciais para a sustentação da riqueza das elites do cacau e para o aprofundamento da pobreza naquele território.

Decidimos observar, portanto, como realmente estavam as condições dos trabalhadores e trabalhadoras na lavoura cacauera, já que a partir das leituras de artigos que tratavam da questão do cacau, saímos mais com dúvidas do que respostas, principalmente

quando o tema era ligado à parceria agrícola, tratadas por alguns autores como “a solução para a crise do cacau”. Mas sabíamos que, na cadeia do cacau, certamente teriam trabalhadores na parceria que seguiam com dificuldade, já que a lógica do cacau sempre privilegiou quem tem mais capital. Ao mantermos contato com pesquisadores da CEPLAC e com pessoas ligadas aos assentamentos da região, recebemos depoimentos de que a situação dos parceiros agrícolas, com exceção em fazendas ligadas à grandes empresas, estava precária, com muitas famílias endividadas, sem qualquer pedaço de terra, sem moradia adequada, sem luz, e com más condições no trabalho.

A partir desse momento, decidimos que deveríamos focar nosso documentário na contradição da conjuntura atual da lavoura cacauceira, em que poucos enriquecem ao suor de muitos. A partir da vivência, morando e convivendo com as famílias, pensamos em elencar as características das novas relações de trabalho, com o objetivo de entrelaçá-las à lógica do ciclo do cacau e explicar o porquê desses trabalhadores permanecerem sob uma rotina de trabalho exploratória, mesmo após a queda do regime dos coronéis e o enfraquecimento dos latifúndios.

Em nosso documentário, entrevistamos, no total, quatro famílias de trabalhadores do cacau. Gravamos com Noel e Ailana, casal de assentados; Biro e família, um trabalhador assalariado que recebe salário mínimo; Dermeval, meeiro do cacau; e Robério, meeiro do cacau e da seringa. Cada personagem tem sua própria pauta, que estão conectadas com a temática central de nosso documentário. Cada família tem sua particularidade, sua rotina, seus costumes, seu modo de pensar e ver o mundo. E o modo como trabalham na lavoura cacauceira influencia diretamente nas suas vidas. Os motivos de vivenciar a rotina de cada trabalhador/a não se deu por acaso: mesmo sem se conhecer, a maioria deles estão conectados por questões que tangem a sua força de trabalho.

3.2.1 Noel e Ailana

Uma das pautas de nosso documentário era entrevistar uma família de trabalhadores do cacau que conquistou sua própria terra, através da reforma agrária. Os assentamentos na microrregião de Ilhéus se tornaram uma realidade, e cresceram vertiginosamente após a crise da Vassoura-de-Bruxa. Precisávamos contar como era feito esse processo de luta pela terra, elencar os motivos que ela ajuda na emancipação social e estabilidade financeira das famílias.

Além disso, poderíamos conversar sobre o ciclo do cacau e suas contradições; a importância da crise para a criação dos assentamentos; os desafios e dificuldades de morar naquela comunidade; as perspectivas com o cacau. Por conta desses pontos, ao chegar em Ilhéus, Quintino, pesquisador da CEPLAC, já nos orientou sobre uma visita técnica que o órgão faria no Assentamento Nova Vitória, localizado na rodovia entre Ilhéus e Uruçuca. O intuito da visita era uma formação de manejo dos pés de cacau, que incluía realizar a poda de maneira adequada, com sombra e entradas de luz.

Ao chegar no Assentamento, Rosenilton, um técnico da CEPLAC nos levou até a única escola da comunidade, localizada no centro da fazenda. Era uma casa simples, verde, com três janelas e três cômodos, iguais a todas as outras da localidade, alterando apenas a numeração e sua cor. Ao adentrar a porta estreita, nos deparamos com cerca de 20 trabalhadores com trajes de roça, com facões, botas de borracha e bonés de empresas diversas, sentados nos banquinhos das crianças, com as pernas para fora da carteira. Nos olhavam e fitaram nossa caminhada até nos deslocarmos para a frente do quadro negro. Lá, como se fossemos pessoas importantes, fomos apresentados por Rosenilton. “Pessoal, esses são dois pesquisadores do sul que estão fazendo um vídeo sobre trabalhadores do cacau. A proposta deles é entrevistar uma família e gravar a produção e a colheita com a comunidade. Querem ficar uma semana com vocês”. No meio de sorrisos curiosos e sussurros, um senhor de voz rouca esticou a mão ao fundo. “Eles podem ficar ali em casa. Não tem ninguém lá”. Esse era Noel, o trabalhador que seria nosso primeiro personagem do documentário.

A aula foi realizada durante o dia, e conversamos com diversos trabalhadores. Mas Noel foi o mais receptivo, e também por ser o mais curioso no manejo do cacau, o que mais perguntava e conversava, achamos que teria desenvoltura para falar em frente à câmera, sem qualquer acanhamento. Ele trazia um ar de seriedade, de conhecimento e experiência da roça e do cacau. No momento do almoço, realizado na fachada da casa de madeira, alvenaria e tijolo nu de Noel, conversamos com ele e sua companheira, Ailana, em um momento de confraternização junto dos trabalhadores. Ambos escutaram e toparam a ideia. Nos avisaram que poderíamos ficar na casa 07, a poucos metros da deles, em frente à escola da vila. O casal que ali morava, Ana e Jacaré, não estariam nas semanas que passaríamos no Assentamento. Seguimos caminho e nos alojamos na casinha laranja. E, no dia seguinte, iniciamos as gravações. Noel tem 65 anos, não tem filhos e trabalha como mestre de obras para auxiliar na renda mensal.

Assim como todos os trabalhadores da fazenda, Noel estava em busca da qualificação de sua mão-de-obra, aprendendo a manejar o cacau de forma mais eficaz, melhorando o jeito de podar e adubar os pés da fruta. Junto com Ailana há dez anos, o casal vivia junto em uma ocupação na beira da rodovia Ilhéus-Uruçuca, a “Estrada do Chocolate”, situada às margens da fazenda de 500 hectares. Em 2000, a fazenda foi ocupada e regularizada pelo INCRA, dividindo a terra entre 36 famílias. Ailana tem dois filhos de outro casamento, que vivem em Ilhéus, com o pai. Além deles, o casal tem 17 cachorros, dois periquitos, um cavalo, dois burros e dezenas de galos para cuidar diariamente. Por ter 20 hectares de terra para zelar, Noel começou a melhorar a qualidade da produção de cacau e, quando o entrevistamos, não tinha dificuldades financeiras. O casal começava a acumular bens e a investir no terreno, construindo dois açudes para produção de Tilápias e plantando banana da terra.

3.2.2 Dermeval

Como a proposta de nosso documentário era abordar as novas relações de trabalho, não poderíamos deixar de fora os meeiros. Esses trabalhadores são os que mais passam por dificuldades no Sul da Bahia. Por conta da lógica exploratória dessa relação de trabalho, desamparados e empobrecidos, os meeiros raramente conseguem ter estabilidade financeira, e vivem para sobreviver e pagar dívidas. Dermeval é um desses casos. Ele, Eunice - sua companheira - e seus três filhos vivem sob o teto de uma casa antiga, mambembe, construída na metade do século passado. O meeiro trabalha todos os dias das 7h às 15h. O meeiro zela, sozinho, por 60 hectares da fazenda em que trabalha, em Uruçuca. E deste trabalho árduo e incessante, ele tem que investir 100% na produção para tirar 50% de lucro. Isso ocorre porque a proprietária da fazenda, que vive em Ilhéus, sequer aparece na fazenda, e não lhe dá auxílio na compra de insumos, adubo ou veneno para o mato. Também sai do bolso de Dermeval a contratação de mão-de-obra para zelar pelos 60 hectares.

Mesmo com a ajuda de Gabriel, seu filho mais novo, o meeiro não dá conta de cuidar de toda a terra. A propriedade chegou a render cinco mil arrobas por ano nos tempos áureos da cacauicultura. Em 2017, ele colheu 300 arrobas de cacau. Destes, 150 foi para a proprietária. O resto, Dermeval utilizou para comprar comida, adubo, reparar a casa, gasolina e, principalmente, para pagar os juros mensais de uma dívida de 20 mil. Em 2015, Dermeval com esperança de que no ano seguinte daria uma boa safra de cacau, contratou o serviço de

três trabalhadores para zelar dos 60 hectares da terra da fazenda. No entanto, a seca veio e não teve cacau como o esperado. Dermeval acordou que pagaria a dívida aos poucos, e aceitou os juros de 10% ao mês, imposto pelos trabalhadores. Até hoje a dívida segue acumulando. Em 2018, colocou pra vender a casa de sua mãe para ajudar nas despesas.

Dermeval também nos contou de outra dificuldade de trabalhar como meeiro: a falta de cumprimento dos contratos. Na antiga fazenda que trabalhava, antes de vir para Uruçuca, zelou por toda a terra do proprietário, deixou os pés de cacau adubados, podados à luz e sombra, só esperando a safra chegar. Por ver que a terra estava bem cuidada e que a colheita prometia muito cacau, semanas antes da colheita ser feita, o proprietário demitiu Dermeval. Ficou sem nada, deixando muitos bens que tinha comprado na fazenda, e teve que ir atrás de outro lugar para trabalhar. Esses casos Dermeval nos contou logo que chegamos pela primeira vez na fazenda Jabuti, quando estávamos procurando por fontes para nosso documentário. Queria que a gente o escutasse. E decidimos gravar sua história. Agora na fazenda Jabuti, em Uruçuca, Dermeval sonha com a casa própria e com a amenização da dívida. Torce para que chova e que em 2018 os birros do cacau voltem a florescer.

3.2.3 Robério

Robério trabalhou com cacau a vida inteira. Desde criança acompanhava sua mãe na roça, em Uruçuca. E ali na cidade se estabeleceu. Quando o conhecemos, por meio de Dermeval, tinha acabado de se mudar para a periferia, vivendo em uma casa de madeira e telhado de zinco, com esposa e quatro filhos. Assim como Dermeval era meeiro do cacau, com uma diferença: fazia dupla jornada, sendo meeiro também na extração de seringa. Com o dinheiro do cacau, guardava para manter a família durante o paradeiro - entre dezembro e março. Com o dinheiro da seringa, se mantém durante os outros meses, complementando a renda caso o cacau não rendesse o suficiente no ano. Vai todos os dias, com exceção quando cai chuva, para o seringal extrair borracha. Lá, todo dia que a borracha pinga no pote, é dinheiro pingando no bolso do meeiro e, conseqüentemente, do seu patrão.

Portanto, para a narrativa do nosso documentário, registrar essa dupla jornada de Robério era essencial. Tínhamos que mostrar o quanto essa relação de trabalho não garantia estabilidade para os trabalhadores, sempre dependendo da própria força de trabalho: quanto mais se trabalha, mais a chance de ganho. No entanto, essa lógica falhava, vezes por conta do

clima, mas quase sempre por conta da falta de investimentos e auxílio por parte do fazendeiro com sua terra. Outro fato para a escolha de Robério como personagem do nosso documentário foi que o local que ele trabalhava como meeiro do cacau era uma fazenda praticamente abandonada, com casas sem luz, mato tomando conta das barcaças e antigas construções caindo aos pedaços. Viveu ali com sua família por anos, até que uma doença de pele contraída pelo filho Gabriel o fez desistir de continuar vivendo naquelas condições. Comprou um terreno na cidade, com a esperança que pudesse pagar com o dinheiro da próxima safra de cacau, em 2014.

Assim como Dermeval, o meeiro foi surpreendido pela seca que assolou a região, e não conseguiu pagar a compra da casa. Está devendo até hoje. Frequentador da mesma igreja que Dermeval, no centro de Uruçuca, Robério crê que Deus vai colocar as coisas em seu devido lugar, e que a situação dos meeiros e demais trabalhadores do cacau vai se resolver. Essa ideia de Deus como a representação da esperança e do conforto também foi repassada pelos demais trabalhadores que entrevistamos. E essa foi outro motivo para entrevistarmos Robério. No fim, a religião e as más condições de trabalho que Robério e Dermeval passam era a única ligação que os uniam, já que permaneciam isolados e esquecidos quando retornavam ao trabalho, nas enormes lavouras de cacau de Uruçuca.

3.2.4 Biro

Somente por ser um trabalhador do cacau e ter que viver em uma casa sem luz já seria um motivo para gravarmos com Biro, Ana e seus cinco filhos. Mas, para completar, Biro era um trabalhador assalariado do cacau: a última relação de trabalho que precisávamos registrar no nosso documentário. Conhecemos o trabalhador por meio da estudante Elizângela. Foi uma história curiosa esse encontro. Estávamos à procura de fontes e perambulando pelas cidades da microrregião, visitando fazendas e conversando com pessoas. Buscávamos trabalhadores que viviam em más condições e, entre eles, alguém que trabalhava sem contar com energia elétrica.

Voltando de uma dessas empreitadas pelas estradas e fazendas de Ilhéus e Uruçuca, decidimos dar carona a duas moças que esticavam o dedo em frente à UESC. Na conversa dentro do carro, Elizângela falou sobre o cacau, sua linha de pesquisa na Universidade e que conhecia, sim, trabalhadores do cacau que ainda vivem sem luz elétrica. Combinamos de após

a virada do ano nos encontrar e irmos juntos até as fazendas, que ficavam em Rio do Engenho, em Ilhéus. Naquela região existiam muitas fazendas sem luz. E Biro morava em uma delas.

Primeiro Elizângela nos levou até uma fazenda que tinha feito uma pesquisa em 2015, e que, naquela época, não tinha energia. Chegando lá, o casal Fabiano e Mara nos recebeu com sorrisos, almoço farto e suco de umbu-cajá. No entanto, a fazenda já estava com luz, instalada no início de 2017. Mas Fabiano, trabalhador assalariado do cacau, conhecia fazendas sem luz ali próximo e, após o almoço, preferiu nos levar lá do que ser ele o entrevistado do vídeo. Seguindo por minutos entre a mata e a estrada de chão batido, encontramos Biro em casa, agachado, arrumando a sua moto, ao lado de Mateus, seu filho. Tímido, falando com o canto da boca, aceitou a proposta de gravar com a gente. Combinamos que dormiríamos em uma barraca, ao lado da casa e que ficaríamos alguns dias com ele e sua família, registrando sua rotina de trabalho.

Biro zela sozinho de cerca de 25 hectares de terra e recebe um salário mínimo (R\$ 954,00) por seus serviços. Trabalha de domingo a domingo, das 7h às 15h, e vive em uma casa disponibilizada pelo proprietário da fazenda. De bem material, se gaba da placa solar, adquirida em São Paulo por R\$ 350 e da Televisão. Com a placa solar, Biro consegue assistir TV por três horas e ligar uma única luz, situada em cima da mesa de jantar. Ao final do trabalho, do lazer com os filhos, a regra da família é sentar em frente à TV e assistir ao jornal, futebol e filmes. Biro sobrevive com o salário que ganha, mas não tem uma vida de luxo. A estabilidade financeira acontece, porém, não é suficiente para emancipá-lo a ponto de comprar sua própria terra ou casa. Com tanto trabalho com o cacau, não resta tempo, por exemplo, para plantar sua própria comida. Isso acontece com todos os trabalhadores do cacau. É questão de prioridades: é mais seguro zelar bem das terras e ter confiança do proprietário, receber salário, do que zelar pela sua subsistência e não demandar tempo suficiente para o cacau, podendo ser demitido.

Estas foram algumas das questões que fizeram Biro ser um personagem importante para o documentário. Biro e Ana, assim como Dermeval e Eunice, sonham com a casa própria, e uma terra para cuidar. Mas, para além do desejo de terra, vem o desejo intrínseco de liberdade que ela traz. O desejo de obter a independência necessária para plantar o que quiser, obter lucro de sua própria produção e ser dono de seu próprio tempo é o que os faz continuar trabalhando.

3.4 Gravações

As gravações do documentário iniciaram após nos estabelecermos em uma casa cedida pelos moradores do Assentamento Nova Vitória, no dia 18 de dezembro de 2017. No dia seguinte, pela manhã, nos encaminhamos para a casa de Noel e Ailana, que vivem em um terreno a poucos metros do centro da vila. O objetivo desse primeiro contato era para nos ambientar com o espaço e com a rotina do casal, conseguir identificar um pouco da personalidade de cada um e conversar com eles sobre a ideia do nosso documentário. A ideia era instigá-los, mas sem pressioná-los, a contar suas histórias e experiências com a produção de cacau e a reforma agrária, já que, pelo nosso planejamento, ficaríamos pelo menos uma semana e meia no Assentamento gravando. Ou seja, teríamos tempo para administrar quais assuntos seriam tratados a cada dia.

Com Noel e Ailana, em termos de entrevista, nos interessava gravar sobre o passado na beira da pista, na ocupação para conseguir um pedaço de terra; a entrada no Assentamento e como é viver ali; As condições de vida e a importância deles terem a própria terra; A crise da Vassoura-de-Bruxa; a rotina e a convivência entre os dois.

Com o tempo os dois se acostumaram com nossa presença, com exceção de Branquinho, um de seus 17 cachorros, que seguia nos mordendo mesmo com as indas e vindas durante quase duas semanas. Com o casal, gravamos três dos quatro processos do cacau: a colheita, a secagem e a poda. Além disso, convivemos bastante com sua rotina, acompanhamos e gravamos Noel em seu segundo emprego, como mestre de obras; acompanhamos ele em seu futebol de domingo; almoçamos com amigos do casal em um dia de ensopado de galo que o próprio Noel limpou; passamos o Natal em conjunto e almoçamos com a família de Ailana, na periferia de Ilhéus; nos juntamos à missa com a comunidade evangélica do Assentamento, entre outros momentos. Alguns desses encontros foram filmados, porém, não entraram no documentário, com exceção da missa e da morte do galo.

Tivemos livre arbítrio para gravar em todos os espaços, a todo momento que quiséssemos, porém, não queríamos exagerar e gravar em excesso. Não era necessário registrar almoços em família, confraternizações ou momentos mais íntimos do casal porque não interessava a eles. Ou seja, em excesso, seríamos invasivos. Preferimos confraternizar e interagir do que entrevistar ou captar esses momentos. Assim as gravações com Noel e Ailana

seguiram sem problemas. Captamos imagens durante quase duas semanas. Depois, seguimos nosso rumo e nos encaminhamos à Uruçuca, onde Dermeval nos esperava. Semanas depois, retornamos ao Assentamento, e ficamos por lá para editar e decupar nosso material. Nos sentimos em casa.

No dia 28 de dezembro de 2017 iniciamos nossa empreitada com Dermeval e sua família. Logo no primeiro dia de encontro, ele nos avisou que tinha procrastinado em um dia a colheita do cacau para que pudéssemos gravar e entrevistá-lo. Religioso, Dermeval sempre rezava antes de sua ida à roça. Pelo simbolismo, pedimos para gravar. Ele aceitou de imediato - e nos colocou em suas orações.

Quando iniciamos o trabalho de campo com Dermeval já estávamos mais experientes com todo o processo do cacau. Já tínhamos vivenciado muito com Noel e Ailana. Por conta disso, ficou mais fácil delimitar a pauta de Dermeval, o que poderíamos perguntar e quais cenas poderíamos gravar e dar mais destaque. Além disso, conseguimos manejar melhor nosso equipamento e aprendemos a otimizar o tempo de gravação, captando apenas o necessário. Pensando sempre na continuidade das cenas com a de outros trabalhadores, sempre discutíamos para pensar em possíveis transições, sejam elas feitas por meio de imagens de apoio, sejam por meio de entrevistas que se relacionavam. Por conta disso, tecnicamente a gravação com Dermeval fluiu mais facilmente. As entrevistas com Dermeval foram focadas nas seguintes pautas: a parceria agrícola e suas contradições; as condições de vida de sua família e as dificuldades de trabalhar na fazenda de outra pessoa; o passado da lavoura cacauzeira e a crise da Vassoura-de-Bruca; as dívidas com a produção; a seca; as perspectivas para o futuro; e a luta pela terra.

Por gostar de falar e contar suas histórias, Dermeval estava sempre disponível para gravarmos. Ele não se importava com a presença da câmera, ao contrário de sua companheira Eunice, o que foi uma dificuldade que encontramos (elencaremos no ponto 5). Então, optamos por não gravar a casa de Dermeval e, por isso, não conseguimos imagens da convivência em família. Isso se deu para deixar confortável Eunice, que preferiu não ser gravada. Por conta disso, focamos mais em gravar o trabalho árduo e incessante de Dermeval. Sempre na presença de seu filho mais novo, Gabriel, gravamos o processo da colheita, a secagem e a poda, além dos caminhos entre a cidade e a fazenda.

A partir de Dermeval, conseguimos contato com Robério, meeiro do Cacau e que estava fazendo “bico/biscate” como meeiro na Seringa. Queríamos gravar com um meeiro de

duplo ofício, com o objetivo de demonstrar o quanto essa nova relação de trabalho não é suficiente para alavancar a condição social dessas famílias. Ela não era a “saída para a crise” do cacau. Morando na periferia de Uruçuca, Robério nos recebeu com certa incerteza. Estranhou um pouco a gente ali no meio daquele lugar procurando por ele. No entanto, acreditamos que a presença de Dermeval foi importante para convencê-lo de gravar. O meeiro foi quem iniciou a abordagem, conversou, disse a ideia do nosso documentário para Robério e apresentou os motivos pelo qual ele tinha aceitado gravar com a gente. Robério topou, tomamos um café e assistimos um pouco da Sessão da Tarde na TV. Marcamos com ele de retornar no dia seguinte, pois, queríamos gravar ele podando as árvores de cacau na fazenda.

Na fazenda, que ficava em Uruçuca, sequer tinha luz. A fazenda estava abandonada. Resolvemos gravar com Robério em sua antiga casa, no eco do abandono. Ali também gravamos as imagens da fazenda e a entrevista dentro da roça, que já estava sem cacau. No dia seguinte, acompanhamos Robério no seu segundo ofício: a extração de borracha. O caminho teve que ser feito de moto, em uma trilha pelo meio da mata. Por isso, somente um de nós pôde acompanhá-lo. No seringal, foram feitas imagens do seu trabalho e entrevistas que abordaram, principalmente, o sonho de ter a própria roça e a independência financeira. Dentro das pautas que abordamos com Robério estavam: a crise da Vassoura-de-Bruca e o abandono das fazendas; as más condições de moradia; a crise na lavoura cacaeira e o duplo ofício; a nova casa na cidade e a dívida com o cacau; a questão da água e da cisterna; e a importância de Deus para os trabalhadores da roça. No total, gravamos três dias com Robério. As gravações foram mais enxutas porque a sua pauta não necessitava gravar, por exemplo, a colheita ou a secagem, pois, já tínhamos gravado com os outros dois personagens. Decidimos perguntar sobre outros temas e, assim, construir os dias de nossa narrativa sem muitas repetições.

Por fim, queríamos encontrar um trabalhador fichado. E encontramos Biro, por meio de Elizângela. Com o trabalhador assalariado conseguimos uma boa relação. Acompanhamos ele na roçagem do terreno, jogamos futebol no final da tarde e tocamos música à noite. Por estarmos à vontade e sua família também, conseguimos gravar bastante cenas no interior da casa, da convivência da família. Era o que faltava para o nosso documentário. Conseguimos captar a preparação das refeições feita por Ana, sua companheira, a interação entre as crianças, a falta de luz, a questão da água e as condições de trabalho de Biro, que recebia salário mínimo. Dentre os assuntos abordados também estão: o fichamento; a diferença entre

meeiro e trabalhador fichado; o porquê dele optar pelo salário fixo; A falta de luz e as dificuldades que isso acarretava; e o ciclo do cacau e suas contradições. No final desta etapa já tínhamos na mente e na ponta do lápis uma ideia do roteiro do documentário. E, por isso, destinamos as perguntas para resolver os temas que ainda não tinham sido tratados no vídeo. Ficamos três dias com Biro e sua família. A escolha por esse tempo foi porque achamos que era o bastante para gravar o que gostaríamos - e conseguimos.

3.5 Decupagem, edição e finalização

Iniciamos o processo de decupagem já na Bahia, no final de janeiro de 2018. Por conta da seleção no Edital Curtas Universitários do Canal Futura, tínhamos o *dead line* para entregar um curta, de até 15 minutos, para o dia 20 de fevereiro. Como o curta seria apenas um recorte do nosso documentário, selecionamos apenas algumas entrevistas de três dos cinco personagens: Noel e Ailana, do Assentamento Nova Vitória, e Dermeval, meeiro de Uruçuca. No final de janeiro, estávamos com todos os vídeos de Dermeval, Noel e Ailana decupados e transcritos em um documento do Word, com as imagens de apoio e trilha sonora de cada um anexados e organizados em pastas.

Produzir este curta para o Canal Futura trouxe uma noção da estrutura e organização que precisaríamos para o nosso documentário. Por exemplo, o início e o final do curta serviram como base para pensarmos a narrativa do nosso TCC. Basicamente se alongaram as cenas, mantendo uma base construída ainda em fevereiro de 2018 para o Curtas Universitários. Após a viagem, no nosso retorno à Florianópolis, em Março de 2018, iniciamos nosso processo de construir o documentário. Para isso, nos reunimos e dividimos tarefas de decupagem dos vídeos, cada um ficou responsável para transcrever entrevistas e imagens de duas famílias, elencando as principais falas, as imagens mais marcantes, bem como imagens de apoio e quando poderiam ser utilizadas. Depois, separamos em pastas as entrevistas que seriam utilizadas e em outras pastas as imagens de apoio, áudio e fotografias. Este processo de decupagem foi finalizado no final de março de 2018.

Por ser um tema complexo, conter muitas entrevistas, cinco personagens e quase 1 TB de imagens, optamos por fazer um documentário com mais de uma hora de duração, com o objetivo de passar ao público o conteúdo necessário para a compreensão da atual conjuntura do cacau no Sul da Bahia. Essa duração foi baseada na construção de uma narrativa que não

deixasse o vídeo cansativo e repetitivo. Para isso, seria necessária utilizar nossas melhores imagens captadas de cada família e localidades. Também foi importante pensar em inserir a literatura de Jorge Amado, bem como offs mais “soltos”, porém informativos, para auxiliar na compreensão do tema. Por fim, teríamos que pensar em uma trilha sonora interessante, para “quebrar” a sequência de entrevistas e não deixar sempre o som ambiente. Por ser gravado na roça, a grande maioria das cenas traz um sentido mais tranquilo e pacífico, podendo cansar quem assiste. Portanto, a inserção da trilha sonora, offs e cenas com bastante movimentos foram essenciais para deixar o documentário mais interessante.

Já a organização da edição do documentário foi pensando em três pessoas, incluindo nosso orientador, prof. Mauro, e foi um aprendizado interessante. Após nos reunirmos com ele, em abril de 2018, decidimos montar um quadro físico, com cartolinas, caneta e *post it*, onde foram fixadas as decupagens de cada personagem. Ali, também foi criada uma linha do tempo de cenas, elencando a ordem e quais imagens, off, trilhas sonoras e entrevistas entrariam em cada capítulo do documentário. A sequência ficou estruturada em quatro dias, que simbolizam os quatro processos do ciclo do cacau: a colheita; a secagem; a poda; e a venda. Com essa estrutura montada, iniciamos a montagem do nosso documentário, escolhendo imagens e entrevistas que caberiam em cada capítulo, bem como onde entrariam as trilhas sonoras, os *offs*, *letterings* e GC's. Cena a cena, dia por dia, começamos a dar formato ao vídeo, sempre conversando entre nós e discutindo a melhor saída quando encontrávamos um obstáculo. Todo este processo foi feito no programa Adobe Premiere, sendo que ambos os alunos participaram da edição, se revezando entre os horários semanais que cada um podia destinar à finalização do trabalho.

No meio deste processo, iniciamos o contato com João Spinelli, que iria construir nossa trilha sonora, bem como realizar a mixagem e masterização de nosso documentário. Após reuniões, decidimos inserir o músico Rodrigo Velho para tocar as percussões e Gabriel Caetano para tocar banjo. No estúdio Giro Sonoro, de João Spinelli, foram criadas de cinco a seis músicas para o documentário. Já na Rádio Ponto, do Departamento de Jornalismo da UFSC, foi gravado dois offs narrados por Vilênia Porto. Esse processo foi o último a ser realizado, finalizado apenas uma semana antes da apresentação do TCC. Por fim, o documentário terminou com 1h30min, foi exportado e encaminhado para o orientados e para a banca para avaliação. A capa do DVD, a fotografia e a arte também foram feitas por nós.

3.6 Lista de fontes

A escolha das fontes permeia o conhecimento da região e da realidade da produção cacauceira no Sul da Bahia, com ênfase em pessoas que estão diretamente envolvidas no trabalho com as famílias em contexto de vulnerabilidade social por força da atividade. Neste âmbito, incluem-se na seleção pesquisadores em âmbito acadêmico, como é o caso de professores da Universidade Estadual de Santa Cruz - situada na região de Ilhéus; especialistas técnicos, como agrônomos e outros funcionários da Ceplac; integrantes de cooperativas, associações e movimentos rurais, como os da rede Povos da Mata e do MST.

Quanto ao contato com as famílias e as/aos trabalhadoras/es rurais do cacau, que são os personagens centrais do documentário, ele surgiu a partir da nossa busca e apuração na microrregião, por meio de pesquisa prévia e indicações dos especialistas.

NOME	Relevância para a pauta
Íris	Assessora de comunicação do MST na Bahia
Valter Alves Nascimento	Autor do livro “As relações sociais e econômica da nova parceria nas commodities agrícolas”
Elizângela	Mestranda em Agronomia na UESC
Quintino Araújo	Funcionário da CEPLAC
Rosenilton Klecius	Funcionário da CEPLAC
Célia Watanabe	Ex-funcionária da CEPLAC
Joelson Ferreira	Liderança do Assentamento Terra Vista
Solange Ferreira	Liderança do Assentamento Terra Vista
Gustavo Grandó	Integrante da rede Povos da Mata
Tatiane Botelho	Presidenta da rede Povos da Mata
Fabíola Ribeiro	Integrante da rede Povos da Mata
Antônio Bonfim Silva de Oliveira	Liderança do Assentamento Nova Vitória
Ailana Santos dos Reis	Moradora do Assentamento Nova Vitória
Noel Correia dos Santos	Morador do Assentamento Nova Vitória
Robério	Meeiro do cacau e da seringa
Dermeval Euzébio de Sousa	Meeiro do cacau
Biro	Trabalhador assalariado do cacau

4. RECURSOS

A produção desse trabalho de conclusão de curso foi realizada com uso de equipamentos pessoais, com nossos próprios recursos financeiros e sem necessidade de contratação de uma equipe externa. Para ajudar na arrecadação para a viagem, que teria, aproximadamente três meses, realizamos uma festa, onde arrecadamos R\$ 2.700,00 e vendemos equipamentos pessoais de fotografia, somando R\$ 3.500,00. Para finalizar, fomos contemplados no Edital Curtas Universitários 2017 do Canal Futura, e recebemos como contribuição R\$ 7.500,00 para realizar um curta-metragem sobre a mesma pauta. Portanto, para pagarmos a viagem até a Bahia de carro, somando estadia, comida, gasolina, saídas para conhecer as localidades e demais gastos, juntamos um total de R\$ 13.700,00. Destes, usamos R\$ 10.700,00 nos três meses, incluindo gastos extras com o carro, que parou de funcionar em três oportunidades. Em todos os três meses, não gastamos com estadia.

O documentário teve produção em Full HD, com resolução de 1980x1080 pixels e 30 quadros por segundo. O equipamento utilizado incluiu uma câmera DSLR Canon 6D; uma lente Canon 24-70mm f/2.8; um filtro ND Canon; um gravador profissional Tascam Dr-22wl; um microfone Rode Videomic Rycote; um tripé profissional Manfrotto; um HD Externo 1TB Seagate Expansion Portátil; dois cartões Sandisk Sdxc Extreme 64gb Canon; um estabilizador Gimbal eletrônico Feyutech; um drone e um notebook Dell Corel i7.

5. DIFICULDADES E APRENDIZADOS

5.1 Apuração

A primeira barreira que encontramos ao iniciar o projeto foi a falta de referências teóricas que apresentassem uma abordagem justa sobre a real situação dos trabalhadores do cacau no Sul da Bahia, principalmente os meeiros - relação de trabalho elencada por diversos autores como “a saída para a crise da lavoura cacauzeira”. Inclusive, em nosso projeto, utilizamos de diversas passagens desses artigos, acreditando que uma parcela daqueles trabalhadores realmente tinham saído da exploração dos tempos do coronelismo. Mas o que observamos em campo foi que a realidade pouco mudou. Vimos que mantiveram-se os antigos detentores dos meios e modos de produção. E que a exploração continuava, mas de outra maneira, com outra “roupagem”.

Por conta disso, tivemos dificuldades em escrever de maneira sincera o que realmente estava acontecendo com os trabalhadores na Bahia. Nesse caso, a existência de uma bibliografia brasileira mais ampla sobre as novas relações de trabalho na lavoura cacauzeira teria acelerado o processo de pesquisa e enriquecido ainda mais nosso conhecimento sobre a temática. Por conta disso, percebemos a importância de produzirmos um documentário focado em uma temática autêntica, que escutasse os trabalhadores e desse importância a seus causos, suas demandas, seus anseios e suas perspectivas com a lavoura cacauzeira.

5.2. Produção

Antes de viajarmos, uma de nossas dúvidas era em como lidar com o distanciamento social entre nós e os trabalhadores do cacau. Conversamos com nosso orientador, prof. Mauro, e chegamos à conclusão de que teríamos que escutar mais do que fazer perguntas, viver mais do que trabalhar. Com a vivência, as perguntas surgiram. Com a escuta, ganharíamos a convivência com as famílias, receberíamos suas histórias e causos, trocaríamos com as nossas, teríamos sua confiança, quebraríamos com alguns desconfortos e hierarquia do distanciamento social. Por conta disso, dormimos em barracas, em redes, no chão, pedíamos pouco e ajudávamos quando precisavam ou solicitavam nossa ajuda. Com Dermeval e Biro, meeiro do cacau e fichado,

respectivamente, participamos das horas de lazer, jogamos futebol juntos, assistimos TV, cantamos, tocamos músicas, mesmo as mais religiosas, e improvisamos versos. No assentamento, conversamos bastante, convivemos com a comunidade, comemos jaca dura e mole, chupamos cana ao final da tarde com os trabalhadores e ganhamos mandiocas e frutas de presente. Em troca, fazíamos janta, contamos causos do sul e emprestamos repelente para as muriçocas. A troca era sincera: eles nos passavam seus conhecimentos sobre a terra e a vida na roça e, nós, escutamos, e contamos um pouco de como é a nossa vida, os “gaúchos” de Santa Catarina.

Na hora de iniciar os trabalhos, nos deparamos com dificuldades de comunicação com as fontes. Por todas elas estarem na Bahia, e serem todas desconhecidas, teríamos que ir atrás de todas elas apenas quando chegássemos no Nordeste. Como tínhamos vontade de conhecer os entrevistados mais profundamente antes das gravações oficiais, procuramos sempre sentar com as famílias, conversar com os trabalhadores para discutir melhor o que seria feito durante o processo de produção do documentário e se eles topariam participar. Depois, marcamos uma data para retornar, com o intuito de deixar a liberdade para eles pensarem mais sobre a gravação e se prepararem para a nossa chegada.

Com Noel e Ailana tivemos apenas um momento de tomada de decisão: a morte do galo. Noel, em off, nos contou que sua criação de galos não era somente para consumo próprio, mas que, quando estivessem forte e treinados, seriam comercializados para rinha. Então, antes de degolar o galo na nossa frente, ele quis nos mostrar como funcionava uma briga de galos e os colocou para lutar. Após minutos dos galos se atacando, um deles sofreu um ataque letal. Caiu agonizando na hora. O vencedor teve a vida poupada do facão, enquanto o quase morto teria como destino a panela de pressão. Nesse momento, por ser uma atividade ilegal no país decidimos não gravar, claro, sob pedidos de Noel. Até porque se gravássemos correríamos o risco de estar denunciando a nossa própria fonte, o que não seria uma atitude correta de nossa parte. Seguimos sem gravar até o momento da degolação do galo. Por pedidos de Noel, gravamos. Mas claramente sem o intuito de utilizar aquelas imagens. Tanto que elas foram feitas de forma displicente, com a câmera na mão, mal fotometrada e enquadrada. Não eram imagens fáceis de assistir: sangue jorrando, sons de pavor e asas se debatendo mesmo após a morte. Essa situação nos deixou incomodados. Então, se nos afetou, acreditamos que afetaria o público também e decidimos por não explorá-la, não colocando no documentário. No entanto, a cena da

morte do galo para consumo da família era uma cena que precisávamos adicionar. Afinal, aqueles galos não eram usados estritamente para rinha. Eram também para alimentá-los em datas especiais, como o Natal. No entanto, tínhamos que pensar em boas transições para o público entender o processo, sem ter que ser algo muito apelativo. Decidimos, então, seguir uma linha que iniciasse com o som do facão sendo amolado, com a imagem do galo em desespero em primeiro plano, o que seria o bastante para entender o que se passaria com o animal nos próximos instantes. Assim, resolvemos pular o corte da garganta e passamos direto para o processo de limpeza do galo, seguida de seu cozimento na panela de pressão.

Encontrar os trabalhadores meeiros foi outra dificuldade. Primeiro porque a grande maioria deles trabalhavam em fazendas que são administradas por empresas, o que impediria, por exemplo, de morar no mesmo terreno das famílias. E na Microrregião de Ilhéus, a maioria dos trabalhadores vivem nessas fazendas. Não convivendo com elas, tínhamos muita dificuldade para buscar a essência do nosso documentário: a vivência. Acabaríamos ter que marcar hora para conversar com os trabalhadores, e ter que pensar em perguntas específicas por conta do tempo e, o próprio tempo teria que ser administrado melhor, pensando que tais trabalhadores não teriam nenhuma confiança e muito desconforto com a nossa presença ali. Seríamos Pedro e Vitor jornalistas presentes ali, entrevistando trabalhadores nas fazendas, porém, com um tratamento distanciado, um distanciamento social gigante, tão contrastado quanto a distância entre as nossas terras natais. Naquele momento, sem vivência, sem convivência justa, não conseguiríamos quebrar a hierarquia de poder entre estudante de classe média, jornalista e pesquisador do Sul e entrevistado, um trabalhador nordestino, muitas vezes passando dificuldades financeiras, em más condições de trabalho e moralmente envergonhado de estar nessa situação. Pensamos que, por falta de tempo, não conseguiríamos quebrar essa hierarquia de poder e que, naturalmente, iríamos privilegiar muito mais um discurso criado por nós, jornalistas, do que um discurso construído em conjunto com o trabalhador. Portanto, decidimos por encontrar meeiros que viviam em fazendas abandonadas, que estavam desassistidos pelos fazendeiros, zelando por terras enormes sozinhos e que, provavelmente, também estavam passando por dificuldades. A única diferença na escolha entre esse meeiro desassistido e o outro da fazenda empresa, é que tínhamos mais tempo para uma troca mais sincera e justa, construída somente a partir da vivência. Por isso,

tivemos que entrar no carro e sair buscando meeiros por fazendas e mais fazendas de Ilhéus, Itabuna e Uruçuca. Essa foi outra dificuldade. Nesse momento estávamos alojados em uma casa no Assentamento Nova Vitória, que ficava em uma rodovia entre Ilhéus e Uruçuca. Gastamos bastante tempo de deslocamento, às vezes, em vão, sem conseguir resultados. No meio de um destes caminhos, demos carona para um homem à beira da estrada. Dizia que se chamava Roberval - não sabemos se realmente era seu nome. Falou que estava indo para a próxima cidade, Ubaitaba. Perguntamos se conhecia a área, se tinha muitos meeiros nas fazendas, como eram suas condições de trabalho, se tinha família, como estavam. De imediato nos contou histórias fantásticas sobre as fazendas de cacau, sobre o trabalho do meeiro, disse que tinha tudo que precisávamos e que nos levaria até as fazendas após ir até a cidade, pegar o dinheiro de uma TV que tinha vendido. Chegamos na cidade. Deixamos ele em um beco à beira da estrada e esperamos ali. Após um tempo, Roberval retornou aflito, pediu se tínhamos dinheiro para trocar uma nota de 50. Demos a ele uma pequena quantia que pudesse ajudar. Não retornou mais. Naquele momento ficamos desanimados, mais pela quebra de confiança do que pela pequena quantia levada. Não sabemos o que realmente aconteceu, e não julgamos o fato dele ter ficado com o dinheiro. Ficamos tristes pela quebra da expectativa, por não podermos confiar em todos, por realmente talvez sermos vistos por alguns como estranhos no ninho, turistas do Sul.

Um dia depois, persistimos no mesmo caminho e seguimos até o centro de Uruçuca, onde entramos em uma estrada de barro, lameada, que ia do município até Taboquinhas. Nela encontramos o seu Antônio. Um senhor negro, de pele queimada do sol e mãos calejadas. Meeiro, de sorriso simpático, vivia em uma fazenda abandonada com a família, que não tinha sequer luz. Conversamos com ele, e observamos que ele estava envergonhado em nos apresentar o local que morava. Estava envergonhado por não poder nos oferecer um copo de água gelado, por não conter geladeira em sua casa. Contou que nossa amiga Poliana, jornalista formada na UFSC, e que tinha nos passado seu endereço, tinha conversado com ele semanas atrás, e que, por isso, preferia não participar de nosso documentário, pois já tinha gravado com ela e seus colegas. Achamos justo e não insistimos. Continuamos conversando, perguntando sobre sua vida, seus filhos, como era viver na fazenda, como estava o trabalho, o tempo, a natureza, como era o passado e o que esperar do futuro. Por fim, perguntamos se ele sabia aonde aquela estrada daria e se havia outras fazendas com meeiros. Nos falou que sim, nos levou até o portão, retornou e

desejou boa viagem da sacada, com um sorriso largo e com as mãos abanando, junto dos filhos e netos. Seguimos quilômetros pela estrada de terra e paramos em outras duas ou três fazendas, todas com aceitação negada para a gravação. Alguns trabalhadores por timidez, outros por não se sentirem seguros por conta do patrão. Conversamos entre nós e decidimos que voltaríamos em outro dia, com mais tempo. Alguns dias depois, mais à frente da casa de Antônio, encontramos uma fazenda abandonada, no alto de uma colina. Chamava-se Fazenda Jabuti. Subimos e estava nos fundos, ao céu aberto, dona Eunice lavando roupa no tanque. Conversamos sobre o cacau, e sobre a ideia do documentário. Ela nos disse que seu marido tinha ido consertar a bomba d'água e que retornaria em breve. Meeiro, Dermeval ao chegar ficou contente com a nossa presença. Seus olhos brilhavam de alegria e pareceu um garoto trajado naquele corpo enrijecido, recebendo com empolgação a nossa intenção de contar sua história. Contamos sobre a ideia de gravar e conviver com ele e sua família. Ele aceitou de imediato. Marcamos de voltar na semana seguinte, após o Natal, pois passaríamos no assentamento com Noel e Ailana, outros personagens de nosso documentário.

Nesse mesmo terreno da Fazenda Jabuti, quando retornamos, encontramos algumas dificuldades. A primeira foi que dona Eunice preferiu não participar das gravações, não se abria muito para o diálogo e pouco interagiu com a gente. Decidimos em respeitar sua decisão e, por isso, não gravamos imagens da casa de Dermeval, nem seu interior, pois era o lugar que Eunice passava mais tempo e onde se sentia confortável. Ficamos com mais de uma semana alojados em uma casa abandonada ao lado da de Dermeval, sem móveis, com cupinzeiros, dormindo no chão ou em rede. Limpamos ela inteira e nos hospedamos. Talvez essa fosse uma das dificuldades que poderíamos elencar, mas a verdade é que dormir nessas condições pouco nos importou. Tínhamos que ter a humildade de não querer conforto, afinal, muitas daquelas pessoas estavam passando por muito mais dificuldades do que nós.

Chegou o Réveillon e decidimos que, em um primeiro momento, iríamos passar com eles, assar um pedaço de carne, gravar os últimos segundos de 2017, a virada, os abraços entre os familiares, a comemoração ou a ausência dela. Porém, à tarde, conversamos entre nós e pensamos que talvez a nossa presença na virada do ano seria um pouco invasiva. Provavelmente Eunice não ficaria à vontade com nossa presença, e seus filhos também. Talvez a nossa presença mudasse a festividade e como eles normalmente passam essa

data. Não queríamos influenciar nisso, e a presença de uma câmera pioraria e com certeza traria ainda mais desconforto. Conversamos com Dermeval, que ficou triste com a notícia, mas compreendeu. Seguimos o caminho e passamos a virada do ano em uma fazenda abandonada, em Ilhéus, onde mais tarde gravamos com Robério, e voltamos dias depois para retornarmos a gravação com Dermeval e sua família.

Dentre outras dificuldades estava que os trabalhadores rurais, sejam os que estavam nos assentamentos, sejam os meeiros ou os de carteira assinada, não tinham um espaço para unir a classe e discutir as demandas. Pouco sabiam sobre o processo do cacau e o porquê deles estarem passando por dificuldades. Muitos culpavam o clima, a falta de investimento na fazenda, o descaso dos patrões. Todos sabiam que passavam dificuldades e que era assim em outras fazendas. Porém, não tinham tempo e informação suficiente para construir o conhecimento sobre o que era commodity, por exemplo, ou para onde ia seu cacau, a quanto ele era vendido para as indústrias moageiras, como funcionava sua lógica de mercado, o porquê dos preços, etc. Como aprendizado, decidimos explicar para os trabalhadores que entrevistamos como funcionava essa lógica opressora que estavam inseridos. Dermeval, por exemplo, foi o que mais se interessou. No final das gravações do documentário, ele estava participando diretamente na construção da narrativa. Nos apresentou um meeiro que tinha conhecido na igreja, o Robério, que também passava por dificuldades semelhantes. Nos levou até uma fazenda abandonada, onde conhecemos Tino, outro meeiro do cacau. Lá, no meio de nossas entrevistas com Robério, Dermeval participou diretamente da produção, fazendo perguntas que, inclusive, estão presentes no documentário.

A organização na edição foi extremamente importante para que esse documentário saísse dentro do tempo. O mapa que criamos nos ajudou a sistematizar os capítulos do filme, e assim, pensar cena por cena, imagem por imagem, entrevista por entrevista, e qual seria sua sequência, para que enfim, criássemos o produto final. Passar por todo esse processo nos fez amadurecer e crescer profissionalmente, nos ensinou a trabalhar em equipe, a melhorar a nossa escuta, a repensar as perguntas, a superar os desafios e a colocar “a cara no mundo”, se desinibir e viver, sem apreço ao conforto mas, sim, aos momentos. Gozar deste trabalho nos fez repensar as estruturas do Jornalismo que nos é ensinada na faculdade e o quanto isso, às vezes, nos distancia da realidade. Por isso,

buscamos nesse trabalho e é o que também levamos como aprendizado, que devemos criar nossa própria forma de contar histórias, com liberdade e ousadia para criar e se reinventar.

Por fim, esse documentário também não teria acontecido se não fosse nossa vontade de fazer acontecer. Mesmo com todas as dificuldades e sabendo que um projeto tão trabalhoso não costuma ser feito por apenas duas pessoas, nós encaramos todas as adversidades como oportunidades de aprendizado. A parceria que já dura anos também nos ajudou. Já trabalhamos juntos em nosso projeto de fotojornalismo e literatura, Eu também sou filho da terra, produzimos audiovisuais e ensaios fotográficos para o Coletivo Maruim e Jornal Zero. Então, conhecemos o trabalho do outro e essa troca de confiança já existia antes de iniciarmos a jornada. Mas lá na Bahia, filmando um documentário pela primeira vez, a gente teve que se desdobrar para ser uma equipe, embora apenas de duas pessoas, e tornar possível realizar tantas tarefas ao mesmo tempo e com qualidade. Melhoramos nosso trabalho juntos, e acreditamos que esse documentário é a nossa obra prima, o resultado de uma amizade infinda. Nele, aprendemos a dividir confiança, com o intuito de somar na qualidade: a fotografia, a trilha sonora, as abordagens e as entrevistas são frutos disso. O que pudemos tirar proveito foi de nos divertir e ter liberdade para fazer uma produção autêntica, que demonstra o olhar de cada um, mas que não deixa de ter uma identidade. Este documentário é nosso, mas também das famílias com quem gravamos. Sem sua disposição e carinho, não poderíamos ter feito um trabalho tão sincero como buscamos neste.

6. REFERÊNCIAS

DA-RIN, Sílvio. **Espelho partido**: tradição e transformação do documentário. Azougue Editorial, 2008.

COSTA, Francisco Mendes. **Cacau**: riqueza de pobres. Editora da UESC, 2016.

AMADO, Jorge. **Cacau**. Editora Record, 1998.

_____ **Terras do sem-fim**. Editora Círculo do Livro, São Paulo (SP), 1943.

_____ **São Jorge de Ilhéus**. Companhia das Letras, São Paulo (SP), 1942.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

DANTAS, Emiliano Ferreira. **Os meeiros do cacau no Sul da Bahia**: trabalho, corpo e documentação. Recife (PE), Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

LINS, Marcelo da Silva. **Os vermelhos nas terras do cacau**: a presença comunista no sul da Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

HEINE, Maria Luiza. **Jorge Amado e os coronéis do cacau**. Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), 2004.

CARDOSO, João Batista. **Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado**. Ilhéus (BA): Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2006.

ESTIVAL, Katianny Gomes Santana. **Construção social do mercado de qualidade do cacau no Brasil**. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

NETO, Euclides. **Os magros**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2014.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito**. Ilhéus: Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2001.

SOARES, Elizabeth de Souza. **Condições de trabalho e risco de adoecimento por agrotóxico**: trabalhadores rurais na Ceplac. Universidade Católica do Salvador. 2013

BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. Companhia da Letras, 2003.

WENDERS, Wim. **A lógica das imagens**. Edições 70, 1990.

_____ **Paris, Texas**. Alemanha/França. 1984, 147 minutos.

CASSANO, Camila; SCHROTH, Gotz; FARIA Deborah; DELABIE, Jacques; BEDE, Lúcio; OLIVEIRA, Leonardo; MARIANO-NETO, Eduardo. **Desafios e recomendações**

para a conservação da biodiversidade na região cacauceira do Sul da Bahia. Ilhéus: CEPLAC/CEPEC, 2014.

NASCIMENTO, Valter Alves. **As relações sociais e econômicas da nova parceria nas commodities agrícolas.** Curitiba: CRV, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1963.

DUBOIS, Philippe. **Cinema, Vídeo, Godard.** Cosac Naify, 2004.

MOURÃO, Maria Dora; LABAK, Amir. **O cinema do real.** Cosac Naify, 2005.

BARTHES, Roland. **A câmara clara.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

KOSSOY, **Os tempos da Fotografia: O efêmero e o perpétuo.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

_____ **Fotografia e história.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

ROCHA, Glauber. **O século do cinema.** Cosac Naify, 2006.

_____ **Terra em transe.** Brasil, 1967, 115 minutos.

COUTINHO, Eduardo. **Cabra Marcado Para Morrer.** Paraíba, 1984, 115 minutos

_____ Eduardo. **Edifício Master.** Rio de Janeiro, 2002, 110 minutos.

_____ Eduardo. **Boca de Lixo.** Rio de Janeiro, 1994, 54 minutos.

VILLAS BOAS, Thiago. **Casa de cachorro.** São Paulo, 2001, 26 minutos.

FRICKE, Ron. **Baraka.** Estados Unidos, 1992, 96 minutos.

REGGIO, Godfrey. **Koyaanisqatsi,** Estados Unidos, 1982, 87 minutos.

FLAHERTY, Robert. **Nanook of the North.** Estados Unidos, 1922, 79 minutos.

ROUCH, Jean. **Eu, um negro.** França, 1959, 78 minutos.

ROUCH, Jean; MORIN, Edgar. **Crônica de um verão.** França, 1961, 90 minutos.

PADILHA, José. **Garapa.** Ceará, 2009, 110 minutos.

PRADO, Marcos. **Estamira.** Rio de Janeiro, 2004, 121 minutos.

MISTRATI, Miki. **O lado negro do chocolate.** Dinamarca, 2010, 46 minutos.

ARAÚJO, Dilson. **O Nó: ato humano deliberado.** Bahia, 2012, 68 minutos.

